

Apresentação

Matheus Estevão Ferreira da Silva
Wagner Antônio Júnior
Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Como citar: Como citar: SILVA:, Matheus Estevão Ferreira da; JÚNIOR, Wagner Antônio; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Apresentação. In: SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; JUNIOR, Wagner Antonio; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Educação, direitos humanos e diversidade:** o currículo em foco. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.13-17. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-609-1.p13-17>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

APRESENTAÇÃO

São várias(os) as(os) autoras(es) (UNBEHAUM; CAVASIN; GAVA, 2010; VIANNA, 2010; 2012) que ressaltam a crescente promulgação de documentos e parâmetros legais que preveem os direitos humanos e temas relativos à diversidade humana, como gênero, sexualidades, raça-etnia, entre outros, no sistema educacional brasileiro, pelo menos desde o processo de redemocratização do país.

Assim, tendo-se a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) como ponto de partida, à medida em que esse campo normativo educacional foi se constituindo, consolidaram-se as bases legais para abordagem e discussão desses temas nas instituições de ensino, da Educação Básica à Superior.

É imperativo salientar, no entanto, que a elaboração e promulgação desses documentos, por conseguinte, dessas políticas públicas educacionais, deram-se principalmente pela atuação de movimentos sociais junto da sociedade civil organizada, ao cobrarem e reivindicarem direitos e transformações sociais, de várias naturezas, dentro da realidade nacional que historicamente é caracterizada por desigualdades e pela marginalização de determinados sujeitos e grupos sociais.

Embora em tempo mais recente essa legislação tenha sofrido ataques de diversos setores da sociedade, sobretudo políticos e religiosos, como resposta a tais avanços arduamente conquistados no âmbito da elaboração de políticas públicas, pode-se ainda considerar que “[...] existe um arcabouço legal que autoriza, fundamenta e entende o desenvolvimento de atividades e projetos que abordem as

relações de gênero[, direitos humanos e demais temas relativos à diversidade] em sala de aula” (BARREIRO; MARTINS, 2016, p. 98).

Desencadeados sucessivamente em uma crescente onda conservadora e que constituíram uma atual conjuntura reacionária nas políticas públicas educacionais, podem-se citar alguns desses ataques, tais como a retirada dos termos *gênero* e *orientação sexual* dos Planos Municipais, Estaduais (PMEs e PEEs) e Nacional de Educação (PNE), a criação da narrativa “ideologia de gênero”, que se sustenta em confusões teóricas e usos inadequados dos Estudos de Gênero, a promulgação do *Estado da Família* em 2015, que postura que família se define apenas pela união de um homem com uma mulher e filhos desse casamento, os ataques à Lei 10.639/03, que obriga o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas, e o veto dos cadernos do Programa Brasil sem Homofobia¹, na época referidos pejorativamente como “kit-gay”.

Essa recente conjuntura apenas demonstrou a consolidação tênue da inserção dos temas gênero e sexualidades na Educação brasileira, apesar de sua mencionada aparente consolidação do ponto de vista legal. E pôde demonstrar, também, a quão pertinente e necessária continua a inserção dos temas e sua discussão na escolarização de formandos(as) nos mais diferentes níveis de ensino.

É diante dessa conjuntura que erigimos a presente obra, da qual tinha como proposta inicial abordar resultados de pesquisas, concluídas e/ou em andamento, que tratassem da intersecção dos direitos humanos e temas relativos à diversidade com a Educação, especialmente aquelas que pensam a dimensão curricular nessa intersecção. Sendo o currículo um espaço de disputa e de poder

¹ Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”.

(LOPES, 2014), os efeitos disparados pela referida conjuntura política educacional “antigênero” podem ser vistos na elaboração dos currículos que orientam o cotidiano escolar, universitário, de espaços educativos não-formais e etc., e nas próprias práticas curriculares, que podem tanto sucumbir a esse atual movimento de censura na Educação brasileira como resisti-lo.

Feito todo o trabalho de organização, pudemos reunir, ao final, 18 capítulos de pesquisadoras e pesquisadores vinculadas(os) a diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Além de constatarmos a qualidade das discussões aqui reunidas, tivemos a grata surpresa de verificar que as IES que tais autoras e autores dos capítulos se vinculam pertencem às cinco regiões brasileiras, a saber: a Universidade Federal do Tocantins (UFT) (**Região Norte**); as Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Cariri (UFCA) (**Região Nordeste**); as Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” (UNEMAT), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Instituto Federal de Educação de Goiás (IFG) e Universidade de Brasília (UnB) (**Região Centro-Oeste**); as Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (**Região Sudeste**); e as Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-Sul-riograndense (IFSul) (**Região**

Sul); assim como também capítulo de autoria de pesquisadores(as) de instituições internacionais, da Leuphana Universität Lüneburg (Leuphana), na Alemanha, e da Universidade de Coimbra (UC), em Portugal.

Assim, esperamos que, com este livro, tenhamos uma amostra representativa da variedade de pesquisas desenvolvidas nas diferentes regiões do país que, então, interseccionam os temas direitos humanos e temas relativos à diversidade com a Educação. Esperamos, também, que seja de grande proveito para pesquisadores(as) iniciantes e mais experientes, para estudantes de graduação, pós-graduação, professores(as) e demais profissionais da Educação e áreas afins que se interessam pelos temas ou que procuram, a partir do estudo deles, uma nova perspectiva de vida.

Matheus, Wagner e Tânia
(Os organizadores)

Referências

BARREIRO, Alex; MARTINS, Fernando Henrique. Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 34, n. 68, p. 93-106, 2016.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2014.

UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sylvia; GAVA, Thais. Gênero e sexualidade nos currículos de Pedagogia. In: *Fazendo Gênero*, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-10.

VIANNA, Cláudia Pereira. Gênero, sexualidade e cultura escolar: desafios para as políticas e práticas educativas. In: BRABO, T. S. A. M. (Org.). **Gênero, educação, trabalho e mídia**. São Paulo: Ícone, 2010. p. 151-171.

VIANNA, Cláudia Pereira. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, maio/ago., 2012.